



## METAFASCISMO

DOI: 10.5281/zenodo.14713520

*Vinício Carrilho Martinez<sup>1</sup>*

*Vinicius Alves Scherch<sup>2</sup>*

Sob o título Metafascismo queremos indicar duas situações convergentes: trata-se da empresa Meta e do objetivo projetado; assim, a empresa representa o meio, a técnica, o veículo, a base material, e, consigo, a meta de se aprofundar a expansão e a vocalização do Fascismo digital nas redes sociais. Em prévio diagnóstico, identificamos que o avanço tecnológico teria potencial para fomentar a prática degenerativa da política, isto é, o apelo ao Fascismo em uma nova modulação:

O crescente afago popular ao autoritarismo e ao Fascismo não serão descabidos, e nem incompreensíveis, uma vez que a base tecnológica conformadora da Modernidade Tardia também formata a estratificação política, com incidência no formato jurídico prevalecente. Somos monocráticos, monotemáticos em plena era da informação. (Martinez; Scherch; 2020)

Portanto, com Metafascismo, simbolizamos o imbricamento de método e objetivo, quanto ao Fascismo recalcitrante nos dias atuais. Esse Metafascismo, essencialmente, é apenas muito tecnológico, isto é, constitui-se de mais uma metáfora desde sua origem nos anos 1920, na Itália de Mussolini – assim como é uma metáfora o Necrofascismo (Martinez, 2022).

Com a decisão da Meta de substituir seu programa de checagem de fatos por um “sistema” de notas da comunidade, resta sinalizada uma aproximação com a política de

<sup>1</sup>PPGCTS/UFSCar

<sup>2</sup>PPGCTS/UFSCar



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

superposição da liberdade de expressão. Isso significa dizer que, diante do negacionismo e do pouco acesso à educação e ao conhecimento efetivo, as “massas” definirão o que é real, científico, ético (ou não). Nesse sentido, analisando a normalização da exceção – pois nesse Metafascismo haverá uma exceção da verdade – encontramos um ponto de convergência para a leitura do estágio de exclusão que será viabilizado com as “notas da comunidade”:

Se a comunicação é regra para a Humanidade (desde o grito primal), as redes sociais nos dirigem para o oposto; propositalmente os algoritmos nos direcionam para as semelhanças, para o mesmo discurso, como se continuamente reforçássemos nossos próprios pensamentos. Desse ponto de vista, as redes sociais, notadamente o Facebook, constroem interatividades a partir da mesmice, aniquilam o contraditório, são abruptamente, constantemente, Ab origine, antidemocráticas. (Martinez; Scherch, 2020)

O “sistema” será parecido com o do X e implica relevantes alterações acerca dos limites entre liberdade de expressão e responsabilidade na moderação de conteúdos, pois o novo modelo transfere a responsabilidade de fornecer contexto às informações para os próprios usuários, apostando em uma "sabedoria coletiva" que, embora pulverizada em essência, pode se tornar problemática na prática. Podemos ter a decretação da “governança dos piores” alimentada por algoritmos vorazes – o chamado “Fenômeno Marçal” nas eleições municipais da capital paulista (com cadeirada em resposta) pode ser apenas um prenúncio. Ainda se conectam a este efeito os influenciadores mirins que apostam na recusa à informação; seu lema é: “estude e fique pobre”<sup>3</sup>. Então são esses “conteúdos” a definir os rumos do Processo Civilizatório.

Essa medida aparentemente ampliativa – além de negacionista da democracia, porque atacar o conhecimento é produto fascista – ainda encobre um comportamento alinhado à desinformação, pois o ciberespaço se compreende pela cibercultura. Segundo Pierre Lévy, a cibercultura apoiada na interconexão, na criação de comunidades e na inteligência coletiva, fornece um ponto de partida para que se possa compreender um comportamento da sociedade no meio digital (Lévy, 2010). Atualmente, o ciberambiente não alcançou o nível de

<sup>3</sup>Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/01/09/r-100-mil-por-mes-menores-trabalham-irregularmente-com-marketing-digital.htm>. Acesso em 09/01/2024.



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

autorregulação – a maturidade civilizatória – suficiente para que a coletividade possa realizar a checagem de fatos sem uma atuação profissional. Ter as "notas da comunidade" como uma solução universal desconsidera diferenças culturais, níveis de alfabetização midiática e o impacto desproporcional que notícias falsas podem ter em contextos sociopolíticos frágeis, piorando as relações no ciberespaço.

A inteligência coletiva, como expressa Pierre Lévy, “implica a valorização técnica, econômica, jurídica e humana de uma inteligência distribuída por toda parte, a fim de desencadear uma dinâmica positiva de reconhecimento e mobilização das competências” (Lévy, 2010). No entanto, nas redes prevalece uma inteligência coletiva regressiva, criada a partir de uma mente de colmeia que faz com que os indivíduos moldem seu comportamento de acordo com a pretensão dos ordenadores, para uma atuação contra o alvo. Sendo que este alvo pode ser composto de pessoas ou grupos que não se compatibilizam como quer a bolha dominante ou “grupo hegemônico de ciberpoder”.

Basta lembrar que a checagem de fatos foi implementada como uma resposta à proliferação de desinformação durante eventos de impacto global, como eleições e pandemias. Ao implementar o novo “sistema”, a Meta abandona uma ferramenta que, apesar das falhas, possuía critérios estruturados e baseados em expertise. Ao creditar "notas da comunidade" como critério de checagem, a informação seria validada com base na capacidade dos usuários de oferecer análises equilibradas, ignorando totalmente o risco de polarizações e vieses ideológicos que já dominam o ciberespaço. A popularização, mais do que hoje, trará um verdadeiro ringue entre informação e desinformação.

A mudança, para a Meta, seria resultado de um esforço para mitigar acusações de censura e fomentar uma suposta liberdade de expressão. Mas a linha entre promover o debate e abrir as portas para a desinformação desenfreada não foi considerada, demonstrando-se uma predisposição das plataformas aos interesses de Trump (presidente eleito dos EUA).

De acordo com Andrew Korybko, “o Facebook é o portal para reunir e fazer propaganda do movimento de revolução colorida. Ele recruta apoiadores e permite a criação



de grupos fechados nos quais ativistas contra o governo podem se encontrar e discutir suas estratégias virtualmente” (Korybko, 2018).

É inegável que as Big Techs exercem um papel crucial na formação da opinião pública global. E, ao abrir mão de um sistema estruturado de verificação de informações, com critérios objetivos e análise profissional, há não só um risco de descredibilizar as plataformas, mas, principalmente, o comprometimento da qualidade das informações consumidas por bilhões de pessoas.

Segundo Mark Zuckerberg, a checagem de fatos era politicamente enviesada, mas o “sistema” proposto não garante imparcialidade e veracidade das fontes de informações. Ao contrário, coloca o poder de verificar informações nas mãos de um público amplamente diversificado, mas também suscetível a influências ideológicas e interesses econômicos e pessoais, que pode corroborar com um flerte ao totalitarismo digital. Isso porque o “sistema” se alinha com a postura de Elon Musk e a crítica às instituições judiciais, reforçando-se a percepção de que a decisão é politicamente motivada.

A organização das plataformas – baseada em interações sociais – permite que haja uma diversidade de pensamentos, porém essas diversidades são aprisionadas em bolhas criadas por algoritmos – cada consumidor de conteúdo ou somente de bobagens cria sua própria bolha, uma “autobolha”. Desse modo, “as redes sociais” (na prática, antissociais), que se expandiram potencialmente na última década, embora carreguem acessibilidade ao conhecimento e às informações, transportam também os equivalentes reais de grupos hegemônicos, levando a uma regressão ao estado de massa<sup>4</sup> (Martinez; Scherch, 2020).

O mecanismo de tráfego das informações acaba sendo direcionado e agrupa os indivíduos com características semelhantes, ocasionando uma falsa sensação de que são dominantes no espaço, vindo a tornar discursos manobráveis mais presentes e, pela falta de

---

4 “O fenômeno mais típico dessa regressão ao estado de massa é a impossibilidade de se fazer escutar por argumentos ou fatos, além da irrelevância relativa das fontes. No interior de uma batalha discursiva, o uso de fake news, de forma intencional ou ingênua é bastante facilitado. Os interlocutores repetem monólogos com crescente agressividade. A regressão ao funcionamento de massa, com sua estereotípia e certeza dogmática, produziu um extenso sentimento de divisão social, rompendo laços e dissociando relações”. (Dunker, 2019)



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

visibilidade do diferente dentro do grupo, o ambiente se torna fértil para composições fascistas, racistas e intolerantes. Desse modo a “sabedoria coletiva” que instrui as “notas da comunidade” é prejudicada pelo exercício de ciberpoder e pela manipulação algorítmica.

Ao invés de privilegiar a liberdade de expressão e a democracia, o “sistema” é degenerativo do aprimoramento do ciberespaço, pois, “o controle da pauta política na era pós-digital pode ter seu mote na informação – ou na desinformação – que constitui uma das bases do próprio ciberespaço, já que tudo é datificado e, em alguma medida tem uma relação com as tecnologias de controle de dados, os algoritmos e a inteligência artificial” (Scherch, 2024).

## REFERÊNCIAS

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. Trad. Thyago Antunes. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Trad. Carlos Irineu da Costa. 3 ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **Necrofascismo: Fascismo Nacional, necropolítica, licantropia política, genocídio político.** Curitiba: Brazil Publishing, 2022.

MARTINEZ, Vinício Carrilho; SCHERCH, Vinícius Alves. A Normalização do Estado de Exceção na Pandemia Coronavírus. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 15, n. 3, e48127, set./dez. 2020. ISSN 1981-3694. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1981369448127>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/48127>

SCHERCH, Vinícius Alves. **Impactos do capital no controle da pauta política na era pós-digital.** Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/20945>.

*Recebido em: 30/11/2024*

*Aprovado em: 15/12/2024*

*Publicado em: 21/01/2024*